



BRASIL

QUE



QUERO VER



OS BRASIS QUE QUERO VER

Tese do Movimento Kizomba
59º Congresso da UNE
2023

IMAGENS

Arquivo Nacional da Kizomba

DIAGRAMAÇÃO

Genderson Costa

IDENTIDADE VISUAL

Genderson Costa
Lauriano Monte
Everton Câmara
Ari Oliveira

GESTÃO DA UNE 2021 - 2023

Carol Lacerda | 1ª Vice-presidenta
Carol Azevedo | Diretora de Mulheres
Caio Lucas | Diretor LGBT
Emanuelle Kisse | Vice-UNE Espírito Santo
Gabriel Barros | Diretor de Políticas
Educaçãois
Ryan Rosa | Diretor de Combate ao
racismo
Thiago de Souza | Diretor de Ciência
e Tecnologia
Andrieli Coscoski | Diretora de Assistência
Estudantil

QUEM SOMOS NÓS? 1

CONJUNTURA 2

MOVIMENTO ESTUDANTIL 4

A EDUCAÇÃO COMO PEÇA CHAVE PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL À ALTURA DE NOSSOS SONHOS 5

PINTAR A UNIVERSIDADE DE POVO 6

O ENSINO À DISTÂNCIA NÃO PODE SER DISTANTE DA QUALIDADE! 7

EM DEFESA DO SUS 8

NOS BRASIS QUE EU QUERO VER HÁ DE HAVER UMA REVOLUÇÃO COLORIDA: SER QUEM SOMOS É NOSSO ORGULHO! 9

O POVO PRETO É PONTA DE LANÇA PELOS BRASIS QUE QUEREMOS VER 10

ENEGRECER E TRANSFORMAR OS ESPAÇOS DE PODER COM A NOSSA POLÍTICA ANTI-RACISTA 11

MULHERES EM MOVIMENTO SEMEANDO AS UNIVERSIDADES COMO TERRITÓRIOS FEMINISTAS 12

ACOMPANHE
NOSSAS REDES

  @kizomba_br

E-MAIL kizombamovimento@gmail.com



QUE



Ô abre alas para os Brasis que queremos ver!
Pela nossa independência
e revolução popular
o povo faz história enquanto continua a marchar
construindo um Brasil feito por outros mil
que reverbera em uma luta de multidões
onde nossos gritos se unem
ecoando o orgulho de viver a revolução que surgirá pelo povo
e construirá os brasis que queremos ver
com protagonistas mulheres, povos originários, negros e negras, LGBTI+
É por nós que estamos aqui
contaremos e transformaremos à história que à história não contou
é na luta que a gente se encontra
e no combate nossa voz não falha
o grito é dos excluídos ao provarmos em alto e bom som:
quando o povo se junta o poder se espalha!

*Samba Enredo | Brava Gente! O Grito Dos Excluídos No
Bicentenário da Independência - G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis (RJ)*

QUEM SOMOS NÓS?

A Kizomba é um movimento de juventude organizado nacionalmente desde 1999 construindo uma nova cultura política orientada para a luta democrática, socialista, feminista, antirracista, antiproibicionista e antiLGBTfóbica. Somos jovens de diversas regiões do país que acreditam em um projeto político democrático e popular. Estudantes, mulheres, negras/os, indígenas, jovens do campo e da cidade, LGBTs e trabalhadores/as que tem como objetivo maior fazer da universidade um verdadeiro instrumento de transformações sociais.

Nascemos em 1999 como uma tese organizada por estudantes do Brasil inteiro para o 46º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), eram tempos de resistência ao neoliberalismo e as medidas privatizantes do governo FHC. Buscamos transformar o Movimento Estudantil, muito quadrado e verticalizado, e propor uma nova cultura política que tratasse os estudantes como sujeitos de suas lutas e colocasse a UNE em contato com as suas bases com mais abertura, democracia e irreverência. Nosso nome provém do samba-enredo "Kizomba, Festa da Raça", da Escola de Samba Unidos da Vila Isabel.



CONJUNTURA

Com a vitória democrática e a eleição do governo Lula a partir da unidade e mobilização dos movimentos sociais e populares contra um projeto declaradamente misógino, fascista e neoliberal, um novo período histórico se abre. Com ele, a possibilidade da construção das transformações estruturais e necessárias para a reconstrução de nosso país, abrindo caminho para a superação do neoliberalismo e do autoritarismo. Foi pelas mãos das mulheres, população negra, estudantes e trabalhadores que derrotamos a extrema-direita nas urnas e é por essas mesmas mãos que a reconstrução do Brasil passará.

A derrota do governo Bolsonaro é uma vitória com protagonismo da auto organização popular e das mobilizações de massas, desde as manifestações como a Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Negras, os atos do #EleNão, os Tsunamis da Educação e a Campanha Fora Bolsonaro, liderada pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, que construímos a resistência ao fascismo e ao neoliberalismo nas ruas e nas redes.

Apesar da derrota do projeto neoliberal, autoritário e conservador apresentado pela extrema-direita, a expressão eleitoral significativa de Bolsonaro demonstra uma organização social resiliente, mesmo após os retrocessos em políticas públicas fundamentais em seu desgoverno. A disputa pela hegemonia no Brasil entre setores progressistas e da extrema-direita, e em todo o Mundo, não se encerra com os processos eleitorais. No dia 08 de Janeiro vimos à ofensiva de ataques golpistas no Congresso Nacional somado às ações fascistas em escolas e

Universidades, fruto da política de ódio bolsonarista e da militarização da vida. Para que episódios como esses não se repitam, é preciso investigar e responsabilizar todos os financiadores e articuladores dos atentados antidemocráticos, Bolsonaro e sua família precisam ser responsabilizados.

Com a inelegibilidade de Bolsonaro votada recentemente no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um primeiro passo de responsabilização de seus crimes foi dado. Essa condenação comprova tudo que já denunciávamos nas redes e nas ruas, Bolsonaro cometia constantemente crimes contra a democracia, tanto como Presidente, quanto durante o processo eleitoral de 2022, ao abusar do poder político e ao realizar o uso indevido dos meios de comunicação, propagando fake news para deslegitimar o processo eleitoral e a urna eletrônica. Esse é um importante marco democrático e a luta deve continuar até a responsabilização de cada crime cometido, não toleramos ações antidemocráticas e fascistas.

Para esse novo período que se abre, entendemos que só um processo de participação popular nos territórios garantirá a mobilização necessária para efetivar transformações concretas em nosso país, e nisso os Comitês Populares e os Plano Plurianual (PPA) têm sido iniciativas centrais. Estamos comprometidos com a implementação de mecanismos de participação efetivos para que o povo brasileiro seja protagonista dessa construção. Agora é preciso unir a esquerda num projeto de disputa política e ideológica do país, com organização de base constante.



Essa unidade será necessária para organizar a mobilização e pressão social permanente sob a maioria conservadora e fisiológica no Congresso Nacional, que nos impõe limites à aprovação de leis e mudanças progressistas para o país, exigindo um grau importante de pactuação para a manutenção de um mínimo de governabilidade, o que ameaça o programa que elegemos nas urnas. Além de um profundo projeto de enfraquecimento da economia do setor público (com enfraquecimento dos bancos públicos, as privatizações e a desestruturação da Petrobras), a devastação do mercado de trabalho, desindustrialização, de endividamento e de constrangimentos fiscais, de alienação da soberania sobre o Banco Central, que nos impõem enormes dificuldades para a retomada de um ciclo de crescimento sustentado a partir da distribuição de renda economicamente e ecologicamente sustentável.

Para além disso, recentemente, uma nova regra fiscal entrou em pauta. Este debate se apresenta como prioritário pois diz respeito a todo o orçamento federal, e é através dele que é possível garantir conquistas, crescimento e investimentos em novas políticas públicas, inclusive de educação.

Para nós da Kizomba, o orçamento é fundamental para pensar nosso presente e futuro. Foi apenas com este novo olhar, de colocar o povo no orçamento, que foi possível importantes conquistas, como o reajuste das bolsas de estudo e pesquisa e a recomposição orçamentária das instituições do ensino superior. É por este caminho que acreditamos que um governo popular deve caminhar.

Por isso, nos somamos às importantes críticas feitas pelos parlamentares petistas na votação do projeto do arcabouço fiscal. Apesar da importante alteração do regime fiscal anterior (o teto de gastos imposto pela EC 95), o projeto aprovado trabalha ainda com um crescimento muito tímido do orçamento perante as demandas sociais postas após as crises atravessadas pelo país, marcadas pela ampliação da pobreza e dos índices de fome, pelo desemprego e sucateamento dos serviços públicos decorrentes da pandemia como também da má gestão pública dos últimos anos. Vale ressaltar que o programa de governo eleito, com apoio e ampla mobilização estudantil, falava abertamente na revogação do teto de gastos.



Para reverter esse cenário, é necessário a reorganização do movimento estudantil. No período do debate sobre o arcabouço fiscal, convocamos o movimento estudantil para lutar para que a educação e outros elementos chave ficassem fora da limitação orçamentária, contudo, a mobilização coletiva foi muito aquém da necessidade. Uma importante vitória foi a aprovação da reforma tributária, quem tem mais deve pagar mais!

Nós acreditamos numa política econômica fincada na observação real das economias globais, que aponta que o gasto público é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento econômico das nações, e não na crença irreal de um crescimento a partir da austeridade. Por isso saudamos a nova política de preços da Petrobras: o orçamento do país precisa ser voltado para seu povo.

Denunciamos a independência do Banco Central, que tem servido como um verdadeiro chantagista do povo brasileiro, nos impondo uma taxa de juros absurda e impedindo o governo eleito de construir sua política econômica de forma ampla. Rejeitamos essa lógica empresarial onde o lucro se sobrepõe a tudo. Para nós, a vida e a educação valem mais do que o lucro!

Por fim, é importante ressaltar a necessidade das forças democrático-populares colocarem enquanto centralidade à reorganização do protagonismo político das classes trabalhadoras, dos estudantes, das mulheres e da população negra na reconstrução de nosso país, fundamental para consolidar uma base mobilizada e militante que dê sustentação popular a Lula e ao PT, com seu programa eleito. A grande vitória de 2022 é, então, o início de um importante processo de auto-organização que deve se massificar e ganhar profundidade nos próximos anos.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

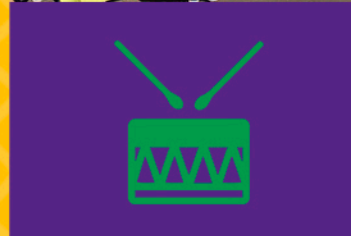
Neste último período, o movimento estudantil brasileiro exerceu um papel fundamental na resistência ao golpe, a ponte para o passado de Temer, no enfrentamento ao Bolsonarismo e seu projeto obscurantista de educação. Fomos fundamentais na recuperação da democracia brasileira e na reconstrução do Brasil através da eleição de Lula à Presidência da República. Fruto da resistência do movimento estudantil, o novo momento político que estamos vivendo no Brasil vem acompanhado de vitórias importantes, como o aumento das bolsas e a retomada dos investimentos na educação.

Para além dos anos de desmonte promovido pelo governo Temer/Bolsonaro, vivemos no último período uma pandemia mundial, todo esse cenário alterou profundamente a dinâmica nas universidades brasileiras, ampliou o ensino a distância, precarizou a vida dos e das estudantes, é sobre esta realidade que devemos pensar **quais os desafios atuais do movimento estudantil brasileiro?** Longe de nós acreditar que temos a resposta sozinhos para essa pergunta, porém apontamos como um dos principais desafios do movimento estudantil brasileiro é organizar as bases estudantis, nos CA's, DA's e DCE's, UEEs e construir força social para disputa política e ideológica de projeto de sociedade e de educação, centrada nos interesses do povo brasileiro.

Diante disso apontamos como fundamental rearticular o CONEB (Conselho Nacional das Entidades de Base) como uma importante ferramenta de mobilização e formação das bases do movimento estudantil que vivencia as problemáticas e contradições da vida dos e das estudantes no dia a dia, e estão intimamente conectados com essas demandas. Devemos promover uma conscientização social, e a partir da auto-organização estudantil formular sobre a pauta política e a tática-estratégica para avançarmos na agenda educacional.

O **X Encontro de Mulheres da UNE (EME)** que reuniu mais mil estudantes foi fundamental para atualização da lutas das mulheres na entidade e no Brasil, nos organizamos para pautar uma assistência estudantil que pense às necessidades das mulheres e das mães, que viabilize a produção intelectual das mulheres e combata a violência contra mulher nas universidades. Lançaremos neste conune uma cartilha com informações sobre a legislação para as mulheres, bem como uma pesquisa nacional sobre a violência contra as mulheres nas universidades, uma grande vitória para o conjunto das estudantes brasileiras. Nesse mesmo sentido apontamos entre as tarefas principais da próxima gestão a realização do **Encontro de Negras, Negros e Cotistas (ENUNE)**, para aprofundar e posicionar o movimento estudantil brasileiro na revisão e melhorias da Lei de Cotas. Bem como a realização dos demais encontros de formulação da entidade.

É importante repensar a própria lógica de organização do movimento estudantil dentro da entidade, entramos para une na defesa de **uma nova cultura política**, mais de xx anos depois seguimos apresentando a necessidade de se pensar os formatos de construção deste movimento, para os desafios que temos precisamos de um movimento social fortalecido nas bases e menos burocratizado. É preciso repensar os processos eleitorais como espaços democráticos, de amplo debate com os estudantes, defendemos o estabelecimento de um teto no processo de tiragem de delegados do congresso da UNE, o combater a reprodução de lógicas de artificialização, de práticas violentas e verticalizadoras. Um movimento estudantil à altura dos nossos desafios deve tá presente no cotidiano das mais diversas universidades brasileiras, públicas e privadas mobilizado nas urnas e nas redes.



A EDUCAÇÃO COMO PEÇA CHAVE PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL À ALTURA DE NOSSOS SONHOS

É fato que, por muito tempo, a educação no Brasil foi tratada como uma área secundária, sobretudo para perpetuar a estrutura capitalista-neoliberal de exploração e opressão do nosso povo. Mesmo com o processo histórico de universalização da educação básica, acompanhada de um desfinanciamento público, a educação se tornou um privilégio e um dos mecanismos de manutenção da burguesia brasileira. Pensar um contraprojeto de educação emancipadora e estratégias frente a estrutura constituída para excluir os filhos e filhas da classe trabalhadora do acesso ao conhecimento no Brasil é tarefa urgente para aqueles e aquelas que defendem uma educação socialmente referenciada.

Vimos de um período pandêmico, que desestruturou toda a dinâmica e relações educacionais de ensino-aprendizagem, abrindo espaço para os grandes conglomerados da educação, que visam atacar à educação pública, do ensino superior a educação infantil, para o fortalecimento de um mercado privado da educação, criando monopólios das redes educacionais onde poucos empresários detêm grande parte das redes de ensino privadas. Esse processo de acúmulo de capital se fortaleceu ainda mais com a pandemia a partir da implementação do modelo de ensino à distância.

Esse modelo revelou uma profunda disparidade social que temos em nossas IES, onde uma pequena parcela de estudantes conseguia acompanhar normalmente essa modalidade de ensino e outra, a maioria, apresentava dificuldades básicas para acessar as plataformas online por falta de acesso à internet e a equipamentos tecnológicos. Assim, se observou um enorme processo de evasão e trancamento de matrículas tanto nas faculdades particulares como nas públicas. Isso também devido ao desmonte no financiamento público das Universidades, que afetou substancialmente as políticas de assistência e permanência estudantil. Muitos e muitas tiveram que largar seus estudos para trabalhar e ajudar no sustento financeiro de suas famílias.

O projeto neoliberal para educação - com suas políticas de austeridade e privatizações através de medidas como a EC 95, o Novo Ensino Médio, a Reforma Trabalhista e os cortes sucessivos no orçamento da educação vivenciadas no Governo Temer e Bolsonaro - se mostra completamente incapaz de dar as condições para estudantes desenvolverem seus estudos e pesquisas a fim de pensar e propor soluções para os problemas reais do Brasil. Os Tsunamis da educação, a derrota do Future-se, a Campanha Fora Bolsonaro, as campanhas de solidariedade e às mobilizações contra o Novo Ensino Médio nas universidades nos mostraram que os/as estudantes querem entrar, permanecer e produzir o conhecimento científico e cultural para contribuir com o desenvolvimento social, político e econômico de nosso país.

O modelo de educação bancária, neoliberal, excludente e sem função social, não representa nossos e nossas estudantes. A juventude e o movimento estudantil lutam por uma universidade cada vez mais acessível e pintada de povo, queremos ampliar investimentos e nossas vagas na assistência estudantil, queremos oportunidades e condições para acessar as políticas públicas. Queremos não só nos manter na universidade, mas explorar cada vez mais nossas capacidades elaborativas, queremos experienciar esse espaço sem violência, sem racismo, sem machismo, sem LGBTfobia, sem capacitismo ou seja queremos vivenciar nossa universidade livre de qualquer opressão. Logo, é tarefa primordial para o movimento estudantil estabelecer um conjunto de prioridades para apresentar uma reforma universitária que possa agir nas estruturas de uma universidade construída historicamente para a burguesia.



PINTAR A UNIVERSIDADE DE POVO!



É necessário ter como objetivo a luta pela expansão democrática e popular do ensino superior, isso significa não pensar só o acesso, mas permanência e a entrada no mercado de trabalho. A precarização da vida afeta os filhos e filhas da classe trabalhadora de diversas formas: subempregos, falta de acesso ao transporte público e a cidade, e insegurança alimentar são algumas das principais causas que afastam a juventude do ensino superior. É preciso reconhecer o importante papel que políticas públicas como o REUNI, o PROUNI e o FIES têm nesse contexto.

Nos últimos 13 anos cerca de 3 milhões de estudantes tiveram acesso ao financiamento estudantil (FIES) a taxas baixas para o pagamento do curso de graduação, porém segundo os dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, quase 2,8 milhões desses estavam em débito com a União. A UNE deve ter na centralidade de suas lutas a continuidade da defesa do perdão da dívida do FIES e o monitoramento dessas políticas públicas, com aprimoramento da regulamentação e acompanhamento da implementação, precisamos garantir que o grande endividamento gerado por uma política pública incompleta não seja uma âncora para toda uma geração, que já começa uma vida devendo ao Estado uma dívida que compromete sua autonomia econômica.

É preciso lutar pela expansão do investimento na educação pública, para que o processo da financeirização da educação seja coibido. Contudo, não se pode simplesmente abandonar a significativa parcela da população brasileira que está nas universidades privadas. É necessário que haja uma política de regulamentação do ensino privado, para garantir a qualidade do ensino e impedir a implementação de taxas abusivas. Contra o processo de endividamento estudantil na nossa juventude, contra a financeirização da educação e pelo acesso democrático e social ao ensino superior público, gratuito e de qualidade.



O ENSINO À DISTÂNCIA NÃO PODE SER DISTANTE DA QUALIDADE!

O Ensino a Distância é uma realidade no Brasil e não podemos fechar os olhos para os mais de 9 (nove) milhões de estudantes matriculados nessa modalidade de ensino. Ao todo, o EaD teve um aumento de 474% no número de matrículas em apenas uma década, enquanto o percentual de estudantes ingressantes no ensino superior presencial caiu 23,4% nesse mesmo período.

É evidente que esses dados não contribuem profundamente para entender a amplitude da dimensão de fatores que fizeram e fazem essa modalidade crescer tanto, porém conseguimos avaliar a estreita relação que esse acontecimento possui com os filhos da classe trabalhadora em um período de forte intervenção do neoliberalismo nas relações sociais do trabalho e nas condições de vida da juventude. Por isso, apenas lutar contra o Ensino a Distância não ajuda no processo que construímos cotidianamente pela democratização do ensino superior brasileiro.

O EaD surge como uma modalidade de Ensino que objetiva a interiorização da educação através do apoio tecnológico. Contudo, nos últimos anos grandes contradições e problemas na sua concepção produziram um estrondo de instituições que ofertam essa modalidade de ensino que foi possível a partir do decreto do MEC que permitiu a proliferação de faculdades nessa modalidade com pouco ou nenhum acúmulo sobre a sua função social ou aspectos legais.

Adjunto a isso, o setor privado se apropria da EaD para continuar seu processo de expansão e lucrar a partir da oferta de um ensino sem qualidade, com vimos a partir da tentativa de implementação de 40% da carga horária de aula EaD em cursos presenciais nas particulares, com baixa avaliação no MEC e sem se preocupar com a acessibilidade dos estudantes. Além disso, não há em muitas universidades canais de comunicação online efetivos e ágeis para responder aos estudantes que muitas vezes não possuem atendimento presencial em suas cidades e, às vezes, em seus estados.

O movimento estudantil deve lutar por um novo marco regulatório do setor, que impeça o credenciamento descontrolado de instituições, sem quaisquer exigências que garantam a qualidade de ensino. Nossa tarefa é organizar a luta pela desmercantilização do ensino, regulamentação da modalidade a distância e garantir que os estudantes do EaD tenham seus direitos estudantis assegurados da mesma forma que os alunos presenciais.



EM DEFESA DO SUS



Imagem: Arquivos do Governo Federal / Brasil

No último período enfrentamos um desmonte da saúde pública orquestrado pelos governos Temer e Bolsonaro, desmonte esse articulado com o fortalecimento da rede privada de saúde, reforçando a lógica da saúde como mercadoria e não como um direito. Em meio a esse desmonte, atravessamos no último período a pandemia da COVID-19, na qual o governo Bolsonaro teve uma atuação completamente irresponsável, colaborando para agravar o cenário pandêmico, fortalecendo o negacionismo à ciência, o que acarretou em milhares de perdas no nosso país. Em contrapartida, tivemos resistência por grande parte das e dos trabalhadores da saúde, dos movimentos sanitários e das universidades, que articulados na defesa do SUS não deixaram de denunciar a atuação irresponsável do governo e seu projeto de desmonte da saúde pública, de fazer a defesa da do SUS e de pautar a valorização do sistema, com a ampliação no seu investimento, e de produzir, principalmente pelas universidades, pesquisas e insumos que garantiram o melhor enfrentamento da crise sanitária.

Para além disso, é importante destacar os desmontes imensuráveis que houveram na política de saúde mental, advinda com o fortalecimento da lógica manicomial com importante financiamento para hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, sucateamento dos equipamentos da rede de atenção psicossocial e desarticulação dos programas da rede. Mas, a mobilização e a luta antimanicomial resistiram!

Neste momento, após a posse do governo Lula, temos a oportunidade e o desafio de resgatar o debate que funda o SUS como política de saúde brasileira. É preciso que nós estudantes, estejamos próximos às unidades de saúde, participando das ferramentas de controle social, como os conselhos e conferências locais, pois é através desses dispositivos que podemos construir um SUS cada vez mais enraizado nas demandas do povo. Não é possível haver desassistência! É preciso fortalecer as políticas de cuidado e saúde das mulheres, da população negra e quilombola, população LGBT, populações do campo, indígenas, ribeirinhas, população em situação de rua e pessoas com deficiência, é papel do movimento estudantil colaborar nas políticas destinadas ao cuidado de forma integral. Queremos a ampliação de projetos e disciplinas em que os estudantes compreendam a estrutura do SUS, seu cotidiano, seu funcionamento e desafios. Assim como, que os estudantes da saúde estejam cada vez mais próximos da realidade da APS, por isso é preciso retomar o VER-SUS no orçamento do Ministério da Saúde, para que nós estudantes sejamos capazes de refletir e produzir sobre o trabalho em saúde no território, nas demandas da população e na ampliação do SUS como política de todas e todos. É preciso avançar na garantia de direitos à saúde!

NOS BRASIS QUE EU QUERO VER HÁ DE HAVER UMA REVOLUÇÃO COLORIDA

SER QUEM SOMOS
É NOSSO ORGULHO

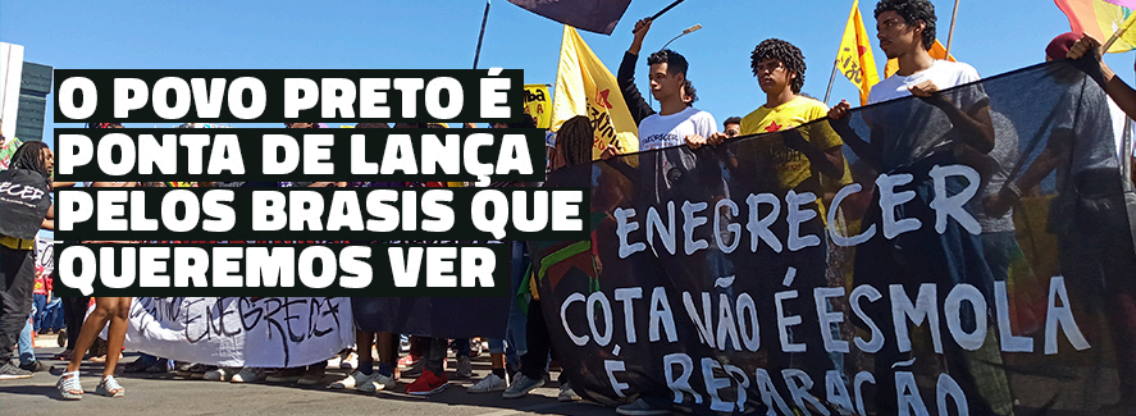
A conjuntura nos impôs a pandemia viral do século, somada a governos golpistas e desastrosos de Temer e Bolsonaro. Amargamos duros anos de desmontes das políticas públicas voltadas à população LGBTI+ no país. As suspensões das aulas e o ensino remoto foi para muitos LGBTI+ extremamente doloroso. Para muitos, além de ter na Universidade um mecanismo de transformação social, o ambiente universitário foi e é também espaço de socialização e válvula de escape das violências que sofrem dentro de casa e na rua. Por isso, o período da Pandemia foi profundamente mais violento para determinadas populações. Mas também, em termos de políticas públicas, de 2016 a 2022, a construção da nossa cidadania e de acesso a direitos, ficaram estagnados. Vimos crescer o número de assassinatos cruéis contra a população LGBTI+. Fomos alvos de ataques constantes dos Conservadores do Congresso e do ex-Presidente da República. Com tudo, revidamos!

Derrotamos nas urnas o fascismo que nos persegue nas ruas e precisamos agora derrotar enquanto projeto de sociedade. Por isso, apontamos um movimento estudantil LGBTI+ organizado nos movimentos sociais, que debata os anseios da nossa população para além dos muros da Universidade. Compreendendo a luta LGBTI+ como a disputa por um outro modelo de sociedade possível, com valores socialistas e democráticos, por isso, acreditamos que a UNE precisa encampar a luta LGBTI+ junto aos movimentos sociais. Nossa luta não pode ser apenas dentro dos muros das Instituições de Ensino, pois o nosso nome social, por exemplo, deve ser respeitado não só na universidade, mas em todas as cidades, bairros, ruas. Desta forma, nos organizamos no Coletivo Revolucionário Socialista - CORES.

Apontamos também para a UNE, a realização dos Encontros LGBTI+ da entidade, que são vitais para o fortalecimento da auto organização LGBTI+, empodera os estudantes, incentiva produções científicas e fomenta debates cada vez mais atuais sobre nossas pautas.

Percebemos a necessidade de fortalecer o debate sobre a permanência estudantil e o papel fundamental das políticas afirmativas para a garantia do acesso e continuidade nas instituições, é preciso expandir, precisamos de uma assistência estudantil que viabilize a vivência das universidade e dos ambientes. Por isso, acreditamos que as respostas dos problemas coletivos estão nas ações e nas saídas coletivas, então vem construir uma revolução colorida com a gente.





**ENTRAR,
PERMANECER
E FORMAR!**

No batuque de cada tambor vemos nossa identidade, ancestralidade e o futuro, saber de onde viemos sempre é necessário para entender para onde vamos, conhecer os caminhos de nossas vitórias do passado é saber o trajeto para a construção das vitórias do presente. Os últimos anos para o povo negro foram de muita resistência e também de sobrevivência. O ano de 2023 segundo o candomblé vai ser regido por Exu, Oxossi e Oxum, um novo ciclo que onde Oxum traz a sabedoria e a força feminina, Oxóssi traz a fartura e Exú vem, abrindo os caminhos.

No ano de 2012 vimos uma abertura dos caminhos para à população negra, o ano da promulgação da lei nº 12.711/2012, conhecida popularmente como "Lei de cotas" (Ações Afirmativas), sancionada durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff, que atua de forma crucial para desenvolvimento no processo de reparação histórica, social e econômica vivida no Brasil. Antes desta lei, o país presenciava uma enorme desigualdade no acesso ao ensino superior, como em 1991, por exemplo, em que negros/as eram apenas 1% e 1,5% nas Universidades. Estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) mostram que o número de alunos negros e pardos saltou de 41% do total de matrículas da rede federal, em 2010, para 52%, em 2020. Considerando também indígenas nesta conta, os índices passam de 42% para 53%.

Com isso, não queremos apenas entrar, mas também permanecer e transformar a universidade. O desastre do governo Bolsonaro atrelado a pandemia e a redução de recursos destinados ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que oferece assistência a estudantes de baixa renda, como moradia, transporte e alimentação, foram fatores que impactaram na permanência dos cotistas-assistidos e muitos voltaram para suas casas sem seu tão sonhado diploma. A luta em defesa das ações afirmativas deve estar conectada com o fortalecimento das políticas de assistência estudantil, para além de outras políticas que façam essa população se sentir pertencente a esse espaço, como a articulação pela obrigatoriedade de estudos de autores negros e negras nos currículos pedagógicos dos cursos e também o reconhecimento e valorização dos saberes e práticas tradicionais da população negra e indígena.

A presença de estudantes negros e indígenas nas universidades tem contribuído para uma maior diversidade cultural e social nas instituições, e veio melhorando a qualidade da educação e das pesquisas do ambiente acadêmico brasileiro, nitidamente transformamos a cara do Brasil nestes últimos anos, pintamos a universidade de povo brasileiro e vamos continuar até ocupar todos os espaços de poder.

Após os avanços dos últimos 10 anos de cotas raciais na graduação é preciso fazer um debate ainda mais profundo e uma permanente mobilização para sua manutenção e ampliação, como para a universalização das políticas de ações afirmativas na pós-graduação. Fortalecendo uma produção de conhecimento e na formação de pesquisadores em áreas estratégicas para o país, contribuindo para a diversidade cultural e epistemológica da academia.

Apresentamos então que a UNE deve ter na centralidade a defesa pela manutenção, ampliação e fortalecimentos dos mecanismos de acompanhamento e controle para a devida implementação da Lei de Cotas nas Universidades, como as comissões de heteroidentificação, além do fortalecimento das políticas de assistência-permanência estudantil para os estudantes PPI, a luta pela obrigatoriedade do ensino de autores afrobrasileiros e indígenas nas Instituições de Ensino Superior e assim o fortalecimento do Encontro de Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNE) para atualizar as pautas e fomentar à autoorganização da população negra nas Universidades, devendo ocupar o centro da agenda política da entidade.



ENEGRECER E TRANSFORMAR OS ESPAÇOS DE PODER COM A NOSSA POLÍTICA ANTI-RACISTA

Em 2020 tivemos nossa política anti racista nas disputa dos processos eleitorais municipais por todo o país e obtivemos sucesso eleitoral em Caxias do Sul com a Estela Balardin, Carol Dartora em Curitiba, Moara Saboia em Contagem e Brisa em Natal. O parlamento brasileiro não estava preparado para receber e ouvir nossa voz e com as demandas daquelas que nunca foram ouvidas. Enegreceamos as câmaras e vamos radicalizar a política brasileira.

Com a eleição do Lula em 2022 veio também uma onda anti-racista jamais vista na história do congresso nacional, 5 indígenas e 135 parlamentares negros e negras. Ocupar esses espaços é fundamental, ainda mais para aqueles e aquelas que foram cotistas nas universidades públicas, para a transformação da sociedade e da universidade anti-racista que queremos e almejamos vai ser pela nossas mãos.

Neste Governo Lula temos o maior número de ministros negros e negras e indígenas da história deste país, chegando a ser 1/3, isso é fundamental e anuncia um novo momento no Brasil. Temos enquanto tarefa central a disputa deste governo com nossas pautas e lutas, para que possamos avançar frente ao genocídio da população negra, a fome e ao desemprego que assolam o nosso povo, e sobretudo frente ao racismo através da autoorganização popular em nossos territórios, em nossos quilombos. O povo preto organiza lutas e faz história pelos Brasis que queremos ver.



MULHERES EM MOVIMENTO SEMEANDO AS UNIVERSIDADES COMO TERRITÓRIOS FEMINISTAS



Há mais de 25 anos somos maioria nas universidades brasileiras, resultado da política de acesso e democratização do ensino superior no país. Através da Diretoria de Mulheres da UNE e da realização dos Encontros de Mulheres Estudantes, mudamos a cara do movimento estudantil brasileiro, fomos protagonistas nos processos de luta em defesa de uma educação pública, gratuita, socialmente referenciada e de qualidade e também de nossa democracia. Hoje a vida das mulheres estudantes está localizada no centro dos debates políticos da UNE.

Foi com esse compromisso que o 10º Encontro de Mulheres Estudantes (EME) da UNE reuniu nos dias 07 a 09 de abril de 2023 em Juiz de Fora, na UFJF, centenas de mulheres estudantes das mais diversas realidades das 5 regiões do Brasil para organizar a luta das estudantes, debater os desafios e atualizar a agenda do movimento estudantil a partir de uma perspectiva feminista, antirracista, colorida e popular. As formulações dos debates auto-organizados saídos do EME devem nortear a política e ação feminista das entidades estudantis desde as bases.

BOX SEPARADO LILÁS: Fruto do 10º EME e dessa gestão da UNE, vamos lançar neste CONUNE junto ao Ministério de Mulheres e Ministério da Educação a Cartilha de Enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade e uma pesquisa nacional em todas as universidades do Brasil para mapear a violência em cada território, e contribuir na elaboração de políticas públicas nas universidades de combate às violências a partir de dados atuais e específicos.

Contudo, nossa expressiva presença no ensino superior ainda não se reflete na estrutura da universidade e na sociedade, somos maioria na graduação, mas temos mais dificuldades de chegar na pós-graduação ou ingressar no mercado de trabalho com qualidade, cenário agravado para as mulheres negras e não-brancas.

Nossa política é centrada numa política de assistência estudantil pautada na permanência e contra a evasão das mulheres e das mães, com políticas mais efetivas, com valorização das bolsas, moradias estudantis que aceitam crianças, creches universitárias, R.U, lavanderias, passe livre estudantil, política de combate ao assédio e à violência como um todo nas IEs.

Políticas de socialização dos cuidados são fundamentais para combater a sobrecarga de trabalho na vida das mulheres. A discussão sobre permanência vem sendo acumulada nos últimos anos na diretoria de mulheres da UNE e parte da realidade das mulheres em toda sua diversidade de raça, classe e sexualidade, e também da conjuntura. Nesse cenário, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) deve ser fortalecido como uma política de estado com orçamento próprio, para que a condição de permanência das estudantes não fique refém dos desmandos de avanços conservadores.

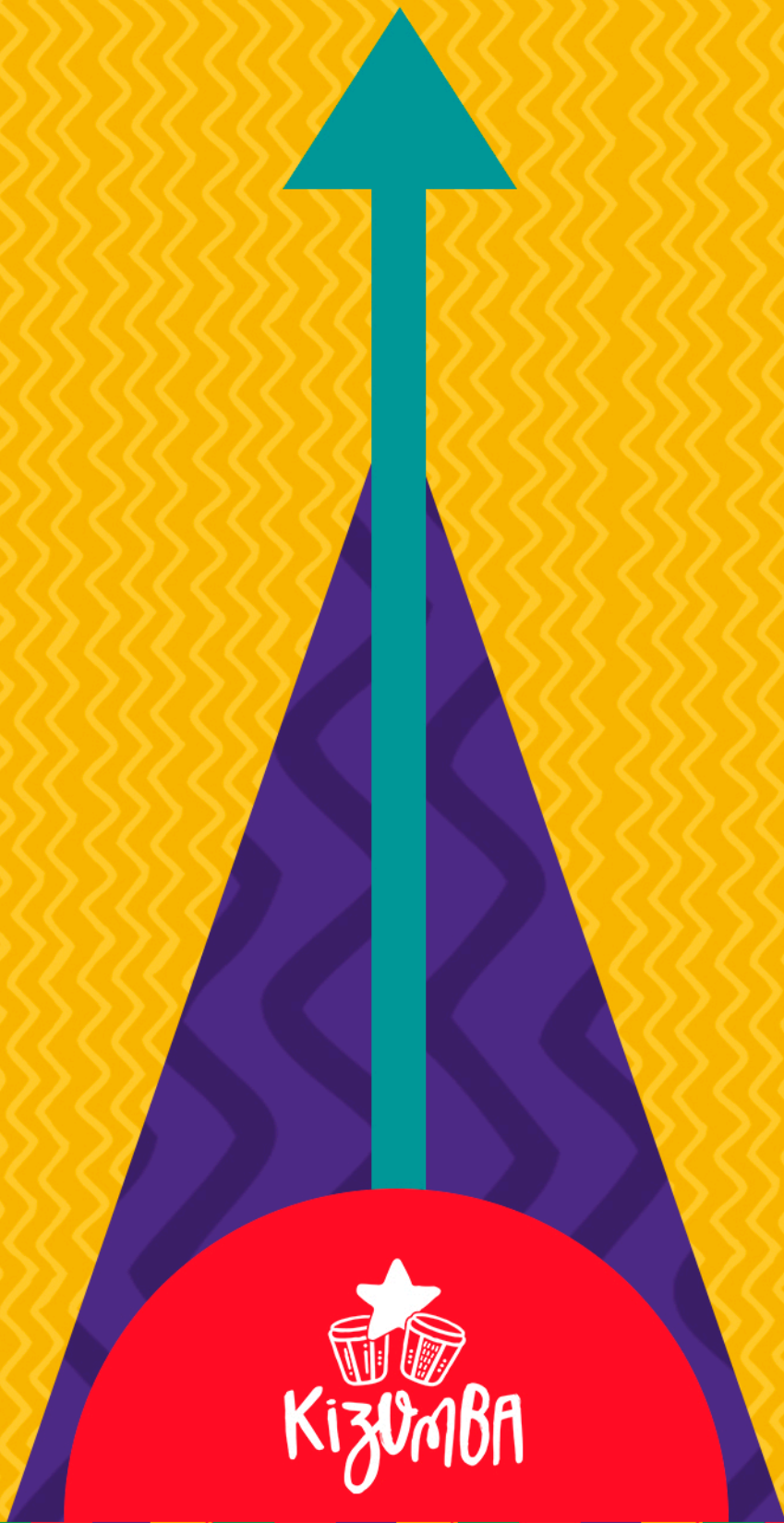
O debate de permanência deve ser estruturante na universidade, assim como o ensino, pesquisa e extensão, formando um quadripé universitário. Para além de políticas de combate à violência, outras pautas centrais para garantir nossa permanência nas universidades são: Espaços para desenvolvimento infantil na universidade; a importância de termos políticas institucionalizadas que garantam o direito das mulheres mães a estudarem; Segurança nas universidades: a universidade precisa ser um lugar seguro para as mulheres com protocolos para a preservação da vida das estudantes; em combate ao assédio e todo tipo de violência que atravessa nossa experiência neste ambiente; Promoção de políticas que garantam acolhimento adequado das vítimas de violências nas IES e construção de canais diretos de encaminhamentos da denúncia aos órgãos competentes e seu acompanhamento, além de apoio psicossocial; Mapeamento e elaboração de diagnósticos sobre a violência de gênero nas IES e o fortalecimento da auto-organização dos coletivos feministas nas universidades.

O debate sobre a sexualidade e nossa autonomia sobre dos nossos corpos é central na nossa política feminista, nosso direito de decidir e ter acesso a saúde pública integral. Ao tempo que somos responsáveis pelo cuidado e reprodução da vida coletiva nesta sociedade, sequer temos direito de decidir sobre nosso corpo. Defendemos a legalização do aborto como uma questão de saúde pública, com garantia da realização dele no SUS e dentro do marco legal, bem como a sua descriminalização e regulamentação e descriminalização das mulheres.

Essas pautas devem ocupar a centralidade da formulação e prática política da UNE, junto ao fortalecimento do Encontro de Mulheres Estudantes da entidade. Os Brasis que queremos ver são feministas!



TESE DO MOVIMENTO KIZOMBA
59° CONGRESSO DA UNE
12 A 16 DE JULHO - BRASÍLIA/DF




KIZOMBA

